SUMÁRIO

1

O SISTEMA DE JUSTIÇA FISCAL NO PARADIGMA DO ESTADO CONSTITUCIONAL DE DIREITO: UM RESGATE DO FENÔMENO JURÍDICO DA TRIBUTAÇÃO 31

1.1. A justificação filosófica, histórica e sociológica do tributo como instrumento de realização do bem comum 32

1.2. A origem do direito tributário autônomo: as contribuições da escola doutrinária italiana 42

1.3. As linhas fundamentais da concepção sócio-personalista da ordem fiscal: a proposta de Vítor António Duarte Faveiro 52

1.4. O Estado fiscal e o dever fundamental de pagar impostos: o contributo de José Casalta Nabais 61

1.5. A liberdade como justificativa da tributação e o processo tributário equitativo: a contribuição de Ricardo Lobo Torres 74

1.6. O papel do tributo na complexa transição do século XXI: a dimensão humana da tributação na gênese do Estado constitucional de direito 81

1.7. A ressignificação do "interesse público" como um componente de transformação do direito tributário..... 88

1.8. A processualidade fiscal na ótica da legitimação democrática e o embrião do modelo multiportas: a reviravolta do dever de colaboração do contribuinte para o direito de participação do cidadão 100

1.9. O elo de cidadania entre os contribuintes e o Estado constitucional de direito como suporte para um novo modelo de justiça fiscal 111

2

A TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA COMO POSTULADO LEGITIMADOR DOS MÉTODOS ADEQUADOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO

DE CONFLITOS: A EVOLUÇÃO DO MODELO MULTIPORTAS E AS PERSPECTIVAS PARA O DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO..... 121

2.1. O conflito e a cooperação no âmbito das relações sociais..... 122

2.1.1. Uma nova (des)ordem mundial..... 129

2.2. O paradigma da desestatização: o avanço das soluções de direito privado nos domínios do direito público..... 133

2.3. O acesso à justiça: a superação do princípio da "inafastabilidade do Poder Judiciário" pelo princípio da "tutela jurisdicional efetiva" 139

2.3.1. A superação da cultura da sentença: uma tradição sustentada pela leitura irrefletida do princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário..... 152

2.3.2. A "crise" do Poder Judiciário..... 160

2.3.3. A atividade arrecadatória do Estado: uma transição paradigmática da autoridade para o consenso 169

2.3.4. O problema da corrupção: uma realidade a ser enfrentada. 178

2.3.5. A concretização da tutela jurisdicional efetiva pela afirmação dos métodos adequados de prevenção e resolução de conflitos: caminhos para a proposição de um sistema multiportas 182

2.3.6. A gênese do Multi-Door Courthouse System na Escola de Harvard 189

2.4. O momento atual dos métodos adequados de prevenção e resolução de conflitos e o seu avanço nas questões de direito público 200

2.4.1. A arbitragem..... 208

2.4.2. A conciliação..... 220

2.4.3. A mediação..... 223

2.4.4. A transação..... 231

2.5. Reflexão final a respeito da justiça fiscal: o despertar da diplomacia processual..... 241

3

A ABERTURA DO PROCESSO TRIBUTÁRIO PARA OS MÉTODOS ADEQUADOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: O ESTADO DA QUESTÃO NO DIREITO COMPARADO 247

3.1. As tradicionais barreiras para o avanço dos métodos adequados de prevenção e resolução de conflitos no direito tributário 248

3.1.1. Revisitando a legalidade tributária 255
3.1.1.1. A problemática da discricionariedade e dos conceitos jurídicos indeterminados..... 277
3.1.1.2. Algumas notas sobre a interpretação do direito tributário 298
3.1.2. O mito da indisponibilidade do crédito tributário..... 304
3.1.3. A igualdade tributária e os seus corolários: o eixo da capacidade contributiva..... 317
3.2. A ascensão dos métodos adequados de prevenção e resolução de conflitos no contexto do direito internacional 330
3.3. As *actas con acuerdo* e no direito espanhol..... 335
3.4. O *accertamento con adesione e a conciliazione guidiziale* no direito italiano..... 345
3.5. A arbitragem tributária no direito português 358
3.6. A mediação tributária no direito comparado..... 377

4

ADMISSIBILIDADE TEÓRICA E PROPOSIÇÃO DE UM SISTEMA MULTIPORTAS PARA A PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA NO BRASIL 387
4.1. Perspectivas político-institucionais para implementação e fortalecimento dos mecanismos de prevenção, gestão e resolução de conflitos tributários..... 388
4.2. O modelo de jurisdição fiscal no Brasil 397
4.2.1. Ausência histórica de um diploma processual tributário no Brasil..... 409
4.2.2. Alternativas à litigiosidade no direito tributário brasileiro 418
4.2.3. Deformidades estruturais do sistema de arrecadação e os impactos na processualidade tributária..... 422
4.3. A litigiosidade fiscal no Brasil: causas e efeitos..... 429
4.3.1. A processualidade tributária em crise..... 439
4.3.2. A complexidade do Sistema Tributário Nacional: simplificação é o caminho?..... 451
4.3.3. A progressiva desadministrativização da relação jurídico-tributária..... 462

4.4. O crescente aparato jurídico-normativo legitimador de um sistema tributário multiportas no Estado brasileiro 465
4.4.1 Reforma tributária e Sistema Tributário Nacional 484
4.5. Postulando um sistema tributário multiportas no Brasil 490
4.5.1. Por que não uma justiça tributária pública não estatal? 509
4.5.2. Efetivando uma proposta inacabada 512
4.5.2.1. Arbitragem tributária 518
4.5.2.2. Conciliação em matéria tributária 564
4.5.2.3. Mediação em matéria tributária 572
4.5.2.4. Transação tributária 583
4.5.2.4.1. O marco legal da transação tributária no Brasil . 609
4.5.3. Modelos consensuais e ausência de renúncia fiscal 639
4.6. Fortalecimento das garantias fundamentais do cidadão como pressuposto para o sucesso de qualquer sistema de justiça: um marco legal necessário 644

REFERÊNCIAS 649